

Os EUA bloqueiam ~~Divulgação Externa~~ novas cotas no FMI

por Maria Clara R.M. do Prado
de Washington

O Comitê Interino do "board" de governadores do Fundo Monetário Internacional (FMI) concluiu sua reunião em Washington sem qualquer avanço com relação ao pretendido aumento de cotas, defendido pelo gerente-geral, Michel Camdessus, com o apoio do Grupo dos 24 países em desenvolvimento.

A recomendação do Grupo dos 24, expressa em comunicado divulgado no sábado, sustentava que as cotas dos países-membros do FMI fossem ampliadas em até 100%. Mas a verdade é que não há ainda um consenso sobre a questão e os Estados Unidos — único país que tem peso de votos suficientes para contrapor o poder de veto (com 19,14% do total) — trabalharam no sentido de postergar a nona rodada de revisão de cotas do organismo.

Os Estados Unidos temem perder o poder de influência que têm nas decisões do FMI, já que a revisão para o aumento das cotas poderá vir acompanhada também de uma redistribuição no "rank" dos países-membros. O Japão, que participa hoje com 4,53% no peso dos votos, em quinto lugar, quer subir para o segundo lugar e ficar à frente da Grã-Bretanha, que tem 6,63% dos votos.

Há dois anos, o Japão conseguiu pular do quinto para o segundo lugar na participação do Banco Mundial, como parte do aumento geral de capital efetuado no organismo. Os japoneses agora detêm 7% do capital do Banco Mundial, mas os Estados Unidos continuam ainda bem à frente, com 17,7%.

No âmbito do FMI, uma decisão levada ao "board" dos governadores precisa ter um mínimo de 85% dos votos para ser aprovada. Como os Estados Unidos contam com 19,14% dos votos, as propostas só são aprovadas se tiverem o seu apoio. Camdessus tem-se esforçado para vencer a resistência norte-americana, mas o máximo que conseguiu foi fazer constar do comunicado do Comitê Interino a determinação dirigida à diretoria executiva para que continuasse trabalhando.

Ricos continuarão em expansão, diz FMI

por Maria Clara R.M. do Prado
de Washington

O mundo desenvolvido deve experimentar mais um ano de prosperidade em 1990, marcando um dos mais longos períodos de recuperação econômica até aqui observado e que teve início em 1982. As taxas de utilização da capacidade do setor industrial nos principais países subiram ao nível mais alto desde o pico anterior, entre 1979 e 1980, e há indicações de que continua forte a demanda por mão-de-obra.

O fortalecimento da atividade econômica na maioria dos países industrializados, nos dois últimos anos, reflete o que o Fundo Monetário Internacional (FMI) qualifica como "uma combinação incomum de fatores favoráveis", na última versão da pesquisa sobre o comportamento da economia mundial, sob o título de "World Economic Outlook", divulgada neste fim de semana em Washington.

A economia dos países desenvolvidos tem sido puxada pelos efeitos da riqueza, associados ao declínio das taxas de juro e da inflação durante a maior parte dos anos 80 e aos ganhos nas relações de troca experimentados pela maioria daqueles países com a queda nos preços do petróleo e dos preços das "commodities", em 1986. O enfraquecimento nas cotações das "commodities", em geral, ajudou a aliviar pressões inflacionárias que poderiam ter surgido da combinação entre a forte expansão da liquidez e o afrouxamento das condições monetárias entre 1984 e 1986. O FMI nota que estas circunstâncias foram acompanhadas por uma substancial melhoria na lucratividade dos negócios e um rápido crescimento no nível do investimento privado fixo.

Toda esta expansão garantiu aos países industrializados taxa de crescimento econômico de 4,4% em 1988, com a previsão para este ano revista já pelo FMI para 3,5% (contra a expansão marginal de 0,2% projetada pelo organismo para 1989, em abril passado) e a perspectiva de que a economia destes países cresça à taxa de 2,9% no ano que vem. A prosperidade dos países ricos traz benefícios também para os países em desenvolvimento, principalmente aqueles que como o Brasil têm suas exportações concentradas em produtos industrializados, mas a expectativa de que a tendência do crescimento econômico perdure é motivo de preocupação não só por parte do FMI como dos governos dos países desenvolvidos, devido ao elevado nível a que chegou

a taxa de utilização dos recursos, tanto do fator capital quanto do fator trabalho, nestas economias.

CONTENÇÃO DE DEMANDA

O FMI defende que o crescimento da demanda agregada nos países industrializados seja mais moderado como condição necessária para evitar uma intensificação de pressões nos salários e nos preços. A projeção é de que nos países industrializados a taxa de inflação poderá ficar ligeiramente abaixo dos 4% no ano que vem; menor do que a taxa em torno de 4,5% esperada para este ano. A estimativa do FMI toma por base a suposição de que os países industrializados vão manter a política monetária que está sendo praticada com objetivos antiinflacionários. Estados Unidos, Grã-Bretanha e Itália devem continuar com inflação mais elevada do que o Japão, a Alemanha Ocidental e a França.

"Nós não vemos sinais de recessão, mas existem preocupações, tensões e riscos, sublinhando que as taxas de inflação tendem a subir", comentou o diretor do departamento de pesquisa e consultor econômico do FMI, Jacob Frenkel.

No caso específico dos Estados Unidos e da Itália, a pressão inflacionária repousa basicamente no desequilíbrio de seus orçamentos fiscais, onde os gastos públicos puxam para cima o nível da demanda agregada interna. A persistência do déficit fiscal nos Estados Unidos tem exigido aumento nas taxas de juro internas como forma de conter a expansão da demanda.

"Nós não vemos sinais de recessão, mas há risco de inflação"

No caso da Grã-Bretanha, conforme explicou o diretor do departamento econômico do FMI, a pressão inflacionária tem uma outra origem porque, ao invés de ser promovida por desajustes fiscais, tem sua base no crescimento do consumo do setor privado. Isto também explica o déficit comercial inglês, pela pressão da demanda que indivíduos e empresas privadas têm exercido sobre as importações. Depois dos Estados Unidos — cujo déficit em transações correntes está sendo estimado em US\$ 125,1 bilhões para este ano —, a Grã-Bretanha aparece em segundo lugar,

com perspectiva de alcançar em 1989 déficit corrente de US\$ 30,6 bilhões, uma defasagem que se acumula há três anos.

PREOCUPAÇÃO COM OS EUA

A situação da economia britânica, no entanto, não preocupa tanto o FMI. Como a pressão da demanda vem do setor privado, torna-se menos complicado introduzir medidas para corrigi-la, ao contrário da realidade norte-americana, onde resistências políticas trabalham em sentido oposto às tentativas de reduzir a demanda do setor público. O FMI recomenda que a taxa de poupança interna, nos Estados Unidos principalmente, precise ser ampliada.

Por injunções diametralmente inversas, há apreensão com o elevado superávit das transações correntes do Japão — que deve chegar neste ano a US\$ 72 bilhões, com projeção de US\$ 90 bilhões para 1990 — e da Alemanha, cujo saldo na conta corrente do balanço de pagamentos está estimado em US\$ 53,4 bilhões neste ano e em US\$ 56,8 bilhões no ano que vem.

Os superávits externos japonês e alemão financiam o déficit fiscal norte-americano, mas o FMI está prevendo que a médio e longo prazos aqueles países tenderão a vivenciar um período de expressivo crescimento na demanda interna, na medida em que o perfil da população atingir

uma idade mais avançada. Isto vai reduzir a poupança interna e, em consequência, a disponibilidade de recursos para cobrir o desequilíbrio do setor público dos Estados Unidos.

"Na medida em que a população fica mais idosa cai a poupança"

"Na medida em que a população fica mais idosa, há um declínio na taxa de poupança agregada e uma maior propensão ao consumo", conforme colocou Frenkel.

O estudo do FMI dedica uma parte do segundo capítulo a análises que procuram projetar, com base em modelo econômico, o desenvolvimento demográfico e da poupança privada nos principais países industrializados no longo prazo, com exercícios até o ano 2020.

QUEDA NO TERCEIRO MUNDO

Por enquanto, as perspectivas para o curto prazo parecem dividir o mundo em dois, marcando de um lado a prosperidade dos países ricos e de outro lado a empobrecedora dos países em desenvolvimento. "Para estes países, a

Latinos avançam pouco

O ano de 1989 será de baixo crescimento e alta inflação na América Latina, com exceção de alguns países, anunciou ontem em Santiago o secretário executivo da Cepal, Gert Rosenthal.

Em relatório intitulado "Panorama Econômico da América Latina em 1989", Rosenthal aponta como exceções Chile, Costa Rica, Bolívia e Paraguai, e alguns da América Central.

A Cepal alerta que a dívida externa latino-americana, de US\$ 410 bilhões, continua a ser uma carga enorme para os países da região, cinco dos

quais estão com seus pagamentos em atraso.

Salienta o documento que a crise dos anos 80 persiste na América Latina e se manifesta numa complexa síndrome de desequilíbrios estruturais, com déficit fiscal, baixos níveis de investimento, estagnação e inflação.

O documento da Cepal destaca que a melhoria do saldo comercial da América Latina, que passou de US\$ 26 milhões em 1988 para 30 bilhões em 1989, foi afetada pela grande transferência de fundos para o exterior, que chegará a US\$ 38 bilhões este ano. (UPI)

do aumento das taxas de juros internacionais, do enfraquecimento do preço de "commodities" não combustíveis e da redução no ritmo dos mercados de exportação, como consequência de algumas iniciativas de caráter protecionista nos países desenvolvidos;

• A rápida deterioração no desempenho da inflação, em grande parte dos países em desenvolvimento, nos últimos anos, deprimiu o investimento e a atividade econômica;

• Esforços inadequados de ajuste em muitos dos países fortemente endividados contribuíram para erodir a confiança nos negócios e a desincentivar a iniciativa do setor privado.

ncg